

# O lado bom do desastroso segundo mandato de Dilma Rousseff

Samuel Pessôa

Pesquisador associado da FGV/IBRE

Esta coluna inicia com uma afirmação que para muitos pode soar bombástica: o segundo mandato de Dilma, de certa maneira, foi melhor que o primeiro. Evidentemente, é difícil achar que qualquer período de governo possa ser pior do que aquele em que o PIB cai 8%, o sistema político esfacela-se, a popularidade presidencial desce ao terreno de um dígito e a mandataria sofre *impeachment*.

É importante, portanto, qualificar a primeira afirmação deste texto. Basicamente, o que se pretende dizer é que, apesar da desastrosa gestão política de Dilma, e da terrível crise econômica, uma série de medidas foram paulatinamente tomadas, a partir do início de 2015, para reequilibrar a economia e consertar os enormes erros cometidos de meados do governo Lula até o final do primeiro mandato da presidente afastada.

As duas mais importantes taxas de juros administradas pelo governo, a Selic e TJLP, foram elevadas

para os níveis adequados. Restrições foram impostas aos montantes e condições financeiras do crédito agrícola subsidiado. Os preços da eletricidade foram ajustados e os subsídios ao setor, via Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) foram finalizados. Houve realinhamento do câmbio e dos preços dos combustíveis.

O governo federal fez o maior contingenciamento de despesas da história, com redução nominal do gasto discricionário em relação a 2014 e real em relação a 2013. Os juros do Programa de Sustentação do Investimento (PSI) do BNDES foram aumentados em dois pontos percentuais e o programa foi encerrado ao final de 2015.

O Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) foi reformado e avançou-se na reoneração tributária, eliminando os excessos da política anterior de subsídios que minaram a arrecadação. Os aumentos do funcionalismo, mes-



mo considerando a recente elevação, negociada no governo Dilma, foram contidos ante a tendência anterior. Houve redução drástica de contratações em programas como Fies, de financiamento estudantil, Pronatec e Minha Casa Minha Vida (MCMV). Finalmente, foram postos na mesa os temas da limitação dos gastos do governo e da reforma da Previdência.

De certa forma, pode-se dizer que, em termos do necessário ajuste da economia brasileira, o governo Dilma em seu segundo mandato fez

quase tudo o que não dependia do Congresso Nacional. Em relação ao que necessitava de apoio parlamentar, as coisas correram de forma razoável até a aprovação das restrições ao seguro-desemprego, pensão por morte, abono salarial, seguro-defeso e auxílio-doença e a reoneração parcial da folha.

A partir de certo momento, porém, em meados do ano passado, o ajuste desandou. Há uma série de razões, como o envio do Orçamento com déficit para o Congresso e a evolução da Lava Jato e o fortalecimento da tese de *impeachment*. Também pesou o legado de desagregação política, fruto do grande estelionato eleitoral da campanha de 2014 e as cicatrizes por ele deixadas.

Um fator menos comentado, e que pode entrar na categoria de “azar”, é que esse momento ruim interno coincidiu externamente com sinais de força na economia americana que levaram à valorização do dólar ante a maior parte das moedas. O real, afetado pelos fatores domésticos e internacionais, desvalorizou-se fortemente, tirando do trilho a convergência das expectativas de inflação para 2016 e 2017. O risco país piorou, e a gigantesca armadilha fiscal entrou definitivamente no mapa do mercado. Porém, considerando que parte do problema das contas públicas é conjuntural, ligada ao mergulho da atividade e da arrecadação, é possível que o susto de meados de 2015 tenha agravado este componente pelo canal da confiança, com o mercado atribuindo só ao cenário

doméstico uma piora que em parte vinha de fora.

De qualquer forma, no momento em que ficou cristalinamente claro que a maior crise fiscal desde a redemocratização só seria resolvida com uma nova leva de reformas no Congresso, incluindo mudanças na Constituição, o governo Dilma perdeu 100% da sua governabilidade. Mesmo com toda a lista de realizações em prol do ajuste mencionadas acima, o fato é que a tarefa ficou inconclusa,

---

## A “herança maldita” que Temer está enfrentando é o legado do primeiro mandato de Dilma que, em seu segundo mandato, também enfrentou a mesma herança maldita

---

e o Brasil vive um momento em que não concluir a tarefa é receita certa de desastre econômico, político e social.

Assim, totalmente incapaz de prosseguir no jogo, e manchada pelos muitos escândalos de corrupção, Dilma sofreu o *impeachment* que, à primeira vista, sela o retrato do seu segundo mandato como um dos piores de toda a história da República.

É interessante, neste ponto, fazer um contraponto com o segun-

do mandato de Fernando Henrique Cardoso, que também se iniciou sob o signo de um “estelionato eleitoral”, a desvalorização do câmbio (bem menor, a nosso ver, que a de Dilma) e exigiu um duro ajuste da economia. Até hoje, a maior parte das pessoas tende a achar o primeiro mandato de FHC melhor que o segundo, quando, na verdade, foi neste último que aconteceram as reformas fiscais e a implantação do tripé macroeconômico que foram a base para o bom desempenho da economia na década seguinte.

FHC, apesar da queda da popularidade, não perdeu a governabilidade como Dilma, e esta foi a razão para que tenha conseguido chegar ao fim do seu segundo mandato. Podem ter contribuído para essa diferença a maior habilidade política do ex-presidente, a melhor gestão do presidencialismo de coalização, a inexistência de um escândalo com as proporções da Lava Jato e o fato de que o nível dos desequilíbrios que tiveram de ser corrigidos tenha sido muito mais intenso em 2015 do que em 1999.

De qualquer forma, é importante ficar claro que a “herança maldita” que Temer está enfrentando é o legado do primeiro mandato de Dilma. A própria presidente afastada, em seu segundo mandato, enfrentou a mesma herança maldita. Apesar de ter tomado, com grandes dificuldades, várias medidas corretas para atacar os problemas, ela acabou fragorosamente derrotada pela tempestade política e econômica que ajudou a criar. ▀